



Câmara dos Deputados

## PL 3.123/2015

**Autor:** Poder Executivo

**Data da  
Apresentação:** 24/09/2015

**Ementa:** Disciplina, em âmbito nacional, a aplicação do limite máximo remuneratório mensal de agentes políticos e públicos de que tratam o inciso XI do caput e os § 9º e § 11 do art. 37 da Constituição.

**Forma de  
Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**Texto  
Despacho:** Decisão da Presidência exarada na Reclamação n. 2/2016: "(.....) Ante o exposto, julgo procedente a Reclamação formulada pelo Senhor Deputado Arnaldo Faria de Sá para declarar a nulidade do parecer ao Projeto de Lei n. 3.123/2015 proferido pela CCJC em 24 de novembro de 2015 e de todos os atos subsequentes praticados no âmbito do Plenário. Por oportuno, determino a apensação do Projeto de Lei n. 3.123/2015 ao Projeto de Lei n. 6.726/2016, nos termos do art. 142, caput, combinado com o art. 143, II, "a", do Regimento Interno da Câmara. Publique-se".)

**Regime de  
tramitação:** Prioridade (Art. 151, II, RICD)

**Em** 26/10/2017